

Ministério investiu 7,5 milhões de euros em aplicações informáticas desde 2005

Cerca de 7,5 milhões de euros foram investidos no desenvolvimento de aplicações informáticas de apoio aos tribunais e registos, que permitiram criar o processo electrónico, anunciou hoje o Ministério da Justiça (MJ).

Desde 2005 que, segundo o MJ, foram celebrados cerca de 90 contratos de prestação de serviços de software com mais de 30 fornecedores diferentes, tornando possível o processo electrónico, que actualmente abrange 74 por cento dos processos dos tribunais de primeira instância, cerca de 350 tribunais, 2.500 magistrados, oito mil e 30 mil advogados.

Os mesmos dados indicam que desde Julho de 2007 foram praticados e assinados electronicamente mais de um milhão de actos pelos juízes e mais de 500 mil pelo Ministério Público.

"Desde Abril de 2008, mais de 618 mil peças processuais e documentos foram enviadas para o tribunal pelos advogados exclusivamente por meios electrónicos e mais de 77 por cento das acções cíveis, de família e laborais e iniciaram-se através da aplicação CITIUS", adianta o MJ em dados fornecidos à Agência Lusa.

Desde Março de 2008, mais de 446.000 requerimentos de injunção foram entregues através da Internet, o que significa que 97 por cento dos requerimentos de injunção foram entregues, desde essa data, através do CITIUS - Injunções, "também com significativas reduções de custos directos e indirectos".

Nos serviços de registo, "o investimento na utilização de novas tecnologias permitiu a criação, desde 2005, de 15 novos serviços on-line, direccionados para prestar um melhor serviço aos cidadãos e empresas", segundo o MJ.

Assim é possível, por via totalmente electrónica (Internet), constituir empresas, promover actos de registo comercial, publicar os actos da vida das empresas e obter uma Certidão Permanente electrónica de registo comercial e registar a compra e venda do automóvel, com o Cartão de Cidadão, entre outros serviços.